

Educação e violência

LUIZ CARLOS DE FREITAS MEDEIROS

DESEMBARGADOR DE JUSTIÇA

No Brasil, lamentavelmente, segundo dados estatísticos levantados pelo IBGE e Ministério da Educação, 53% dos 35 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não estudam, destes, 19% também não trabalham e, pior, mais da metade dos 127 milhões de eleitores não sabem ler e escrever.

Diante desse tenebroso quadro afigura-se necessária uma política pública que englobe a União, os estados e os municípios, para tornar o ensino no Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países, gratuito e obrigatório, em todos os níveis, sob pena dos responsáveis pelos menores em idade esco-

lar suportarem as devidas sanções.

A simples previsão constitucional da gratuidade e da obrigatoriedade da educação é incapaz de evitar que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, 20% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos não frequentem a sala de aula, por motivo que vão do desinteresse (42%) à falta de transporte (10%), passando pela necessidade de trabalhar (21%).

Ao se impor a gratuidade da educação, é de se prover os jovens de meio de subsistência para frequentarem os bancos escolares, nem precisando se falar da existência de meios de transportes para conduzi-los à escola, sob pena de transformar o comando legal num engodo, num discurso vazio e demagógico.

Por outro lado, a escola deve se preparar pa-

ra atender as reais necessidades da sociedade moderna. Uma escola dissociada do seu contexto social, que não "fale a língua" de seus alunos e não compreenda seus anseios e sonhos, transforma-se num estorvo e colhe a indiferença, quando não o repúdio.

A situação é especialmente grave em Pernambuco, onde a Fundação Getúlio Vargas constatou que, na faixa entre 15 e 17 anos, temos o menor índice de matrículas entre todos os estados da federação.

Se durante muito tempo a sociedade não deu a devida atenção aos baixos níveis de educação de nosso povo, hoje, colhendo os frutos de seu descaso, apavorada pelos altos índices de violência, resultantes em grande parte da frustração de uma geração sem ho-

rizontes, há um clamor universal em prol da melhoria das condições de educação em nosso país. É o caráter corretivo-evolutivo da Lei de Causa e Efeito.

Percebe-se que a atitude puramente repressiva, é totalmente incapaz de frear os altos níveis de violência que intranquilizam nosso cotidiano e procura-se resgatar uma dívida social existente com grande parcela de nossa sociedade. Precisamos formar cidadãos.

Essa nova atitude relativamente à educação vem na esteira de uma mais profunda e importante alteração de paradigma que pouco a pouco vai se impondo, a percepção de que o desenvolvimento de uma nação não se afere por seus índices econômicos, mas, sim, pelo bem estar de sua população.